

# Polêmicas e Acordos: trabalho e migração na seca de 1932 no Ceará.

*Kênia Sousa Rios*

*Professora do Departamento de História da UFC*

**RESUMO:** Este artigo é uma reflexão sobre as políticas públicas de trabalho e migração no Ceará durante a seca de 1932, dando relevo as principais polêmicas, divulgadas na imprensa, acerca das sugestões das elites de Fortaleza para resolver o problema dos flagelados espalhados pelas ruas da capital e os usos da mão-de-obra do retirante.

**PALAVRAS-CHAVE:** migração; seca; retirantes.

**RESUMÉ:** Cet article est une réflexion sur les politiques du travail et de la migration au Ceará pendant la sécherresse de 1932, basée a partir surtout de l'opinion des elites de Fortaleza à propos de la résolution du problème des réfugiés présents dans les rues de la ville.

**MOTS-CLÉS:** migration; sécherresse; réfugiés.

No final do mês de março de 1932, grandes levas de retirantes já enchiam as estradas do Sertão. Das mais longínquas paragens da caatinga saíam homens e mulheres que, a caminho da cidade, arrastavam seus filhos e alguns pertences. Muitos sertanejos se juntavam, formando enormes bandos de flagelados e caminhavam longos trechos a pé, em busca de uma cidade com estação de trem. As estradas de poeira findavam quando se encontravam com os caminhos de ferro. Das estações ferroviárias saíam grandes levas de retirantes em direção à Capital. De modo bastante recorrente, os jornais da Capital publicavam matérias sobre a chegada diária de centenas de retirantes. No jornal *O Povo* do dia 13 de abril, havia, por exemplo, a seguinte manchete: “Mais dois trens entulhados de famintos se dirigem a esta capital”.

Em fins de abril, com o erguimento de Campos de Concentração<sup>1</sup> e o início do funcionamento das frentes de trabalho, o Governo começou a suspender a distribuição das passagens de trens para Fortaleza. Entretanto, nos meses iniciais, essa medida não foi suficiente para deter a fuga dos flagelados. Decididos a sair do Sertão, muitos sertanejos invadiram trens para chegar ao destino previsto. O jornal *O Povo*, de 13 de abril de 1932, anunciava: “mais um trem fora invadido pelos flagelados no Sertão central do Estado”. Matérias como essa eram freqüentes, sobretudo nos meses de abril e maio de 1932. No jornal *O Nordeste* do dia 08 de abril, a manchete era a “tragédia da fome”. Com essa matéria, o periódico destacava os freqüentes assaltos dos flagelados aos trens no Sertão do Ceará:

Os flagellados estão assaltando os trens. Em Praiano, atacaram um comboio, armados de cacetes e ferramentas. Os famintos tomaram um trem de passageiros em Senador Pompeu. Os famintos já desesperados estão lançando mão de todo tipo de ato como meio de solução para a fome que os devora. (...) Scenas impressionantes como estas, resultantes da grande crise de chuvas em 1932, nos são contadas diariamente... (*O Nordeste*, 08/04/1932).

As regiões mais atingidas pela seca aglomeravam nas suas estações de trem uma imensa quantidade de famintos. Desses lugares, saíam, todos os dias, locomotivas com todos os seus vagões completamente lotados. Muitas das Estações Ferroviárias transformaram-se em espaços de grande tensão entre os retirantes e as forças policiais.

A Estrada de Ferro de Baturité cortava o estado do Ceará de norte a sul. Partindo de Fortaleza, sua principal via atingia as maiores cidades do Sertão Central, chegando até o Vale do Cariri, onde se localizam os municípios de Juazeiro do Norte e Crato. Passava por Quixeramobim e, em seguida, por Senador Pompeu, deslocando-se até o município do Crato. Nesses três municípios foram erguidos Campos de Concentração. O único campo que não se localizava em uma cidade com Estação Ferroviária era o de Cariús. Por outro lado, é imprescindível ressaltar que Cariús fica a poucos quilômetros da Estação do Município de Cedro.

A construção da Estrada de Ferro de Baturité teve início em 1870. A partir de então, começa a se configurar uma nova “geografia da migração”, que tinha como principal referência o caminho por onde as locomotivas passavam. A edificação de mais um trecho da ferrovia, com o erguimento de uma estação, não significava somente mais uma cidade que estreitava distância com a Capital. O lugar que ganhava um “ponto de trem” transmutava-se, durante as secas, em espaço de grande tensão. Um significativo número de flagelados começava a ocupar esses lugares em busca de passagens para a capital.

Em 1932, o deslocamento da população retirante deu-se por caminhos de poeira e ferro. Mesmo com a suspensão da distribuição de passagens, os retirantes continuavam a chegar em Fortaleza, vindos dessas regiões. Eram, portanto, nesses centros de aglomerações que o controle do flagelado deveria se impor com maior rigor.

Os Campos de Concentração do Sertão foram construídos de modo estratégico: todos foram erguidos em lugares onde existiam, nas proximidades, uma Estação Ferroviária. Desse modo, o Governo procurava diluir as tensões que se constituíam nos “pontos de trem” e, ao mesmo tempo, tentava evitar a migração para a Capital pelas vias férreas. A localização dos campos possibilitava um maior controle sobre a vida do retirante. Desse modo, um dos principais espaços de aprisionamento de flagelados era nos arredores das estações, ou melhor, nos territórios onde o sertanejo procurava trocar a poeira das estradas pelas estradas de ferro.

Nas estações férreas, muitos retirantes reivindicavam trabalho. Esses pedidos encontravam eco junto aos comerciantes e fazendeiros interessados no alongamento das ferrovias que iriam facilitar o deslocamento de produtos para exportação. Com isso, nota-se, por parte das elites, uma insistente solicitação do prolongamento das estradas de ferro e da melhoria do Porto de Fortaleza em períodos de seca. Essas duas obras eram fundamentais para o desenvolvimento do comércio e da indústria no Ceará.

Entretanto, as ferrovias não traziam somente o algodão ou o fumo; transportavam, também, milhares de flagelados. Criava-se, então, um paradoxo sobre a construção e o alongamento das Estradas de Ferro: o interesse da burguesia industrial e comercial era consolidar cada vez mais o capitalismo em Fortaleza; no entanto, a estrada de ferro trazia, também, a miséria que se queria longe da Capital.<sup>2</sup>

A partir do final do mês de abril, quando a distribuição de passagens para Fortaleza foi suspensa em algumas cidades do Interior, a expectativa das elites era pela diminuição dos retirantes nos trens que chegavam. Entretanto, os vagões continuavam a chegar tomados por flagelados. Em 1932, os trens despejavam os flagelados na parte da cidade que ficava mais próxima do mar, onde localizavam-se as últimas estações férreas de Fortaleza. Desse modo, muitos retirantes erguiam seus casebres nas proximidades da praia. Esse aspecto ajuda a entender o processo de constituição das primeiras favelas de Fortaleza. Grandes favelas ainda hoje permanecem às margens da fachada marítima.

Como já foi comentado, em meados de abril, sete Campos de Concentração foram construídos em todo o estado, sendo dois na Capital. Com isso, foi intensificado o controle dos retirantes pelas ruas da cidade. Mas, mesmo assim, todos os dias os famintos chegavam às cidades (não só Fortaleza) em busca de trabalho, passagens para outros Estados, ou qualquer tipo de assistência. Ao que parece, procuravam, antes de tudo, trabalho. Conforme os depoimentos de sertanejos que vivenciaram a seca de 1932, “arranjar trabalho” era o principal objetivo dos que procuravam matar a fome. Na memória de muitos retirantes, pedir esmolas era um ato vergonhoso. Como sugere o Sr. Gerardo da Silva:

O que a gente queria era um serviço, um mei de vida. Eu pedia alguma coisa porque era o jeito. Mas eu queria era um serviço. Agora, quem podia ajudar... Ajudava... Mas também tinha gente ruim. Aquele povo ambicioso que nem ligava pra gente (...). Aí tinha vez que o jeito era pegar, o povo ia e pegava. Pegava um trem e tirava a comida. Na seca, a gente tem que se virar, né? A gente tem que se virar de todo jeito. E pobre é assim: vive bolando pelos canto... (depoimento do Sr. Geraldo da Silva, 19/07/1997).

O trabalho apresentava-se como a primeira reivindicação dos pobres. Por outro lado, havia outras possibilidades, como o assalto aos trens ou o pedido de esmolas. Nesse sentido, a noção de “roubo” ficava diluída em face da ausência de trabalho e amparo. Para a multidão faminta, arrombar portas para amenizar a fome não era crime. Afinal, o pobre, em tempo de seca, “procura se virar de qualquer jeito”.

O governo sentia-se cada vez mais pressionado a agir diante da multidão ameaçadora. O *Correio do Ceará* do dia 04 de abril de 1932 alertava: “o governo enquanto é tempo, precisa assentar como deve agir”. A situação era grave: “Que fazer dessa pobre gente que vem rolando pelas estações, em demanda da capital onde espera encontrar lenitivo para o seu sofrer? Deixá-la chegar até aqui, para ainda mais agravar a situação que já começa a ser angustiada?”.

Instaurado o pânico, a pauta principal passa a ser outra: o que fazer com os retirantes. Diariamente, as classes dominantes de Fortaleza apresentavam, nos jornais, as suas opiniões. Diferentes interesses ajudavam a compor as críticas ao governo, na

medida em que as sugestões para combater o flagelo iam sendo expostas em um campo bastante polêmico.

Os cidadãos de Fortaleza esperavam, aflitos, as invasões. Em torno dos debates, nem tudo era divergente. A idéia de que a cidade não poderia conviver com os flagelados aproximava os grupos políticos. A Capital do estado tentava erguer seus muros para deter a penetração do flagelo. Em face da grande calamidade declarada, essas medidas não foram suficientes para comportar tanta gente. Ressurge, então, um antigo debate: a emigração dos cearenses.

Alguns sertanejos resistiam à idéia da emigração para outros Estados. Preferiam permanecer na Capital, pois, desse modo, o retorno para o Sertão tornava-se mais viável. Por outro lado, é preciso lembrar que a emigração faz parte das estratégias de sobrevivência, mas também participa da zona dos desejos, pois, no Ceará, os indivíduos tem gosto pelo deslocamento. Mas, durante o ano de 1932, conforme alguns depoimentos, o discurso de aceitação das passagens para o Norte se constrói em nome do valor moral do trabalho:

Nossa família mudou de lugar três vez, meu pai só ficava onde tivesse serviço. Nós tava na barragem do Patú, em Senador Pompeu, depois fumo pra Concentração de Fortaleza. Lá nós ficamo pouco tempo, não tinha mais serviço aí fomo pra São Luís trabalhar nas estrada (...) Meu pai dizia que nós não era pra pedir esmola e onde tivesse serviço nós ia (depoimento de D. Antonieta Antônia, 18/07/1997).

Para alguns sertanejos, a prática de esmolas não é a via mais aceita para solucionar os problemas da fome. Nessa perspectiva, as “frentes de trabalho” organizadas pelo poder público não são entendidas simplesmente como favor ou amparo. Em certo sentido, são vistas pelos retirantes como um dever do Governo.

Enviar flagelados para outros Estados fora um recurso largamente utilizado pelas administrações públicas nas secas anteriores. Rodolfo Teófilo, ao focar a seca de 1877, comenta que era lamentável a saída de tantos sertanejos para outros províncias, entretanto, em face da terrível calamidade, não havia outro jeito: “A emigração fazia-se incessantemente (...) Enfim, até as aves arribaram”.<sup>3</sup>

Na seca de 1915, a utilização da mão-de-obra dos flagelados e a vinda de recursos federais acirravam o debate. O Relatório do Presidente de Estado mencionava a perda de 70.000 braços como prejuízo danoso. Em sua avaliação, foi um “mal necessário”. Esse grande número de retirantes emigrou com apoio do Governo mediante a distribuição de passagens.<sup>4</sup>

Em 1915, a discussão sobre a emigração — bem como sobre a força de trabalho dos retirantes — ganhou espaços e contornos específicos. Diferentemente de 1877, em 1915 a emigração é apresentada explicitamente como prejuízo econômico para o Estado. Enquanto o governo distribuía passagens para os retirantes, os jornais de oposição publicavam manifestos indignados de alguns cidadãos. No jornal *A Lucta*, de 25 de agosto de 1915, encontramos um inflamado discurso contra a emigração de cearenses:

(...) Com a emigração, trabalharemos em benefício dos outros (...) escoar-se-ha este dinheiro para os outros Estados productores, activando-lhe a agricultura, dando surto a

sua indústria, fomentando-lhe o comércio (...) com os flagelados no Estado, os auxílios poderão dar meios para resistir aos efeitos de outra seca.

Observa-se uma clara exposição sobre significados econômicos da manutenção do flagelado no Estado. A imagem da seca como um importante motivo para o envio de recursos financeiros ao Estado mostrava-se em processo de consolidação.

As velhas medidas em torno da emigração provocaram, em 1932, um debate público de ampla extensão. Embaladas pelo discurso da otimização do trabalho, as burguesias comercial e industrial sugeriam incisivamente o aproveitamento da mão-de-obra dos flagelados em obras públicas. A emigração era apresentada, em grande medida, como perdas e prejuízos para o Ceará. Muitas obras que acelerariam o desenvolvimento do Estado necessitavam dessa força de trabalho. Em contrapartida, os retirantes precisavam das obras para sobreviver.

No *Correio do Ceará* de 13 de abril de 32, a matéria “Um mal para o Ceará” anunciava:

O Governo Federal providencia meios rápidos de transporte para os flagelados abandonarem o Estado em busca de outras plagas mais felizes (...) junto aos directores de empresas de navegação no sentido de fretar navios capazes de em um mez levarem daqui para fora quantos queiram emigrar (...) Aproveite o governo a ocasião, salve o homem dando-lhe trabalho e salve a terra defendendo-a pela realização de obras contra as secas (...) nada de exportar nossos braços trabalhadores.

“Salvar o homem”, dando-lhe trabalho, evitando assim o vergonhoso ato de pedir esmola. Sobre isso, não existiam discordâncias. Mas, para os ricos, o sertanejo não deveria emigrar. Desse modo, o flagelado construiria obras contra as secas em seu próprio Estado. Não esqueçamos também que a burguesia industrial empregava muitos jovens flagelados nas suas indústrias, aproveitando-se da mão-de-obra quase gratuita.

Grande parte dos cearenses que, com o apoio do Governo Federal, saíam do Estado, dirigiam-se para as terras paraenses. Em entrevista concedida ao jornal *O Povo* em abril de 1932, o interventor “guajarinó” explica que o Estado estava aberto a receber as vítimas da seca, mas esperava contar com o envio de recursos especiais do Governo Federal:

(...) Presto esclarecimentos sobre as regiões que mais oferecem vantagens aos emigrantes (...) lamento que devido não encontrar-me nesta capital não tivesse o governo concedido uns tantos favores ao Estado que governa, ficando assim o Pará excluído do número daqueles que recebiam favores da União (...) O Major acrescenta que está pleiteando favores especiais do governo provisório afim de socorrer a todos os emigrantes, visto que todos chegam despojados de recursos na mais contrastadora penúria.

O discurso administrativo do interventor paraense não deixa claro o tipo de favor que o governo Federal estaria concedendo aos Estados que recebiam os flagelados. O administrador do Pará não menciona o termo trabalho, enfatizando o sentido de auxílio e a necessidade da vinda de favores para o Estado. Fala sobre a situação de penúria na qual chegavam os emigrantes para fortalecer ainda mais a urgência desses favores especiais da União.

Vários jornais de Fortaleza debatiam sobre a permanência dos flagelados no seu próprio Estado. Em meados de 1932, é mais visível uma certa distinção entre os jornais. Em *O Nordeste*, jornal conservador da Igreja Católica, não se observa grande resistência em torno da migração. Ao contrário, suas matérias endossavam os argumentos do poder federal: “As secas de 15 e 19 não tem a mesma extensão desta (...) A única medida salvadora seria o governo fornecer passagem para quem quiser se retirar”. (*O Nordeste*, 31/03/32)

*O Povo* colocava-se inicialmente como opositor à emigração. Entretanto, em alguns momentos, procurava conciliar posições diferentes. No dia 20 de abril de 1932, assegurava: “há entre nós justo preconceito que nos induz a condenar o êxodo de nossos patrióticos.” Mas, logo depois, tenta reconhecer que: “trata-se, porém, de uma questão controvertida, havendo opiniões favoráveis à emigração desde que não temos pão nem trabalho para manter presos à gleba natal os filhos desta terra flagelada”.

Nesse momento, os retirantes já haviam lotado os Campos de Concentração, as frentes de serviço e outros empregos. Aqueles que sobraram não representavam nenhum valor econômico para o Estado. Seriam, portanto, mendigos na Capital.

*O Gazeta de Notícias*, jornal de larga tiragem na época, continuava, em alvares de 1933, em uma incansável posição contra a saída dos nordestinos de seus Estados. Na matéria “Conservemos os flagelados”, publicada no dia 10 de janeiro desse ano, o *Gazeta de Notícias* assim convocava os patriotas de Fortaleza: “Combatamos de viseira erguida, como inédita ou impensada, senão impatriótica a nordestinamente nociva, a ideiação de transplantar do habitat em que vivem os trabalhadores rurais para outros pontos do paiz”.

Utilizando-se de uma fala combatente, o *Gazeta de Notícias* solicita a continuidade dos trabalhadores em seu próprio estado. Calcada em um discurso nacionalista, a defesa da permanência dos nordestinos nos seus estados definia tais atos como impatrióticos. No texto, os flagelados são agora definidos como trabalhadores rurais. Desse modo, lembra que o tipo de trabalho próprio para o nordestino encontra-se no Nordeste. Tenta-se criar uma identidade regional a partir do trabalho. Representaria, portanto, uma agressão enviá-los para a extração da borracha ou para outras atividades econômicas muito diferentes do seu ofício original, no caso, o trabalho com a agricultura ou a pecuária extensiva.

No dia 06 de abril de 1933, o mesmo jornal lembrava Euclides da Cunha, como era a moda da época, para compor um discurso regionalista em defesa do Nordeste, ou melhor, do homem nordestino:

O governo provisório não poderia permanecer indiferente ante ao sofrimento dos nordestinos, raça forte de titans, raça admirável no seu martírio e na sua glória, tão bem característico das páginas imortais de Euclides da Cunha. O Ministro olhou para as angustias dos nordestinos. Socorreu-os.(...) No seu discurso José Américo citou os trabalhos que foram realizados. Essas obras haverão de constituir o maior monumento da Revolução.

O nordestino aparece como uma “raça forte de titans” que merece a atenção e a generosidade do Governo Federal. As obras se transformariam em símbolos da

solidariedade e do humanismo do governo Getúlio Vargas. Seriam monumentos da Revolução, criando significados para a posteridade.

Nesse regionalismo, Euclides da Cunha é reapropriado conforme os interesses de glorificação do homem nordestino. Os momentos nos quais sua consagrada e polêmica obra *Os Sertões* mostra a inferioridade e o terrível primitivismo do sertanejo são estrategicamente esquecidos. As contradições de Euclides — explicitadas, por exemplo, na expressão “Hércules-Quasímodo” — não aparecem. Emerge, apenas, um Euclides domesticado.

O desejado progresso da cidade foi conseguido, em grande medida, pelas atividades laboriosas dos retirantes. No discurso dos jornais, a solicitação de obras públicas para a cidade se compunha com argumentos humanitários em torno do flagelado. Nesses pedidos, o trabalho não aparecia somente como meio de efetivação das obras, mas também como valor moral. Nas astúcias dos discursos das classes dominantes, buscava-se livrar o sertanejo do humilhante ato de pedir esmola. A solicitação de obras revestia-se de auxílio aos famintos:

Um apelo bem justo — Premida pela mais angustiosa necessidade, vive ultimamente, a classe pobre de Beberibe a sofrer os imperativos da seca (...) numerosos chefes de família estão sem pão para os filhos, vítimas do negro fantasma da fome (...) e por isso pedimos a V. Excia se digne obter uma verba para os trabalhos da rodagem Beberibe/ Cascavel (...) (O Nordeste, 20/06/32).

Dezenas de outros pedidos para serviços de trabalho são construídos por esse mesmo enredo: matar a fome, salvar vidas, dar um meio digno de sobrevivência ao sertanejo...

Em carta enviada ao ministro José Américo de Almeida, as autoridades de Limoeiro do Norte pedem um maior aproveitamento dos trabalhadores: “Apelamos para vossemicês no sentido de conseguir o aumento do número de trabalhadores da nossa residência com o conseqüente aproveitamento dos operários regionais e adventícios, inclusive menores, arrimos de viúvas que aqui se encontram sem trabalho”. (*Gazeta de Notícias*, 01/01/1933)

Nesse discurso, há uma certa naturalidade em face do trabalho infantil. No entanto, há um esboço de explicação para legitimá-lo: na ausência dos pais, os legítimos provedores da família, é lícito falar em trabalho para menores. Esse argumento está presente, também, no discurso oficial. O relatório da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) dedica algumas linhas para justificar a inclusão da mão-de-obra infantil e feminina:

Juntou-se mais tarde um fator sui gêneris que seria grotesco se não fosse lastimável. Ao serem encaminhadas levas numerosas do campo de Concentração do Buriti para a construção do açude Lima Campos, os chefes de família, em meio a viagem volviam à ociosidade das concentrações, enquanto as mulheres, viúvas de novo genero, se alistavam nas obras (...) Muitas vezes em lugar das mulheres abandonadas e viúvas, eram responsáveis pelas famílias, crianças de 10, 12 e 15 anos (...) o aspecto humanitário influiu, como se pode imaginar, poderosamente na admissão de menores nas residências de construção.

No jogo de palavras exibido pelo Inspetor Federal é possível supor que já tinham início os debates sobre “os direitos dos menores”. Segundo o texto, não se tratava de explorar a mão-de-obra infantil, mas de ressaltar que as autoridades, constrangidas, iriam empregar os menores.

No início de 1933, as primeiras chuvas foram anunciadas. Com isso, muitos sertanejos desejavam retornar aos seus lares. Os retirantes pediam do Governo passagens e sementes para recomençar o plantio. A terrível calamidade já não podia mais ser utilizada como motivo para o emprego dos flagelados nas obras em andamento. Os apelos, todavia, continuaram:

É certo que com o início da estação chuvosa, os trabalhos de emergência terão necessariamente, de ser suspensos (...) Haverá seguramente, uma certa porcentagem dessa pobre gente que quererá continuar engajada nos aludidos serviços. O Governo da União tem o dever imperioso de não interromper a marcha desta parte do serviço que diz respeito com a defesa dos habitantes flagelados (...) (*O Nordeste*, 24/01/33).

Os pedidos continuaram enfatizando o amparo ao flagelado. O desafio era, então, fazer com que o Governo Federal mantivesse as obras em andamento. Pela experiência de secas passadas, muitas obras eram abandonadas e somente retomadas na seca seguinte. Em 1932, parece que os grupos dominantes não estavam dispostos a esperar por uma nova estiagem para a continuidade das obras. Durante toda a seca, vários discursos relacionavam as obras com a generosidade e grandeza da “Revolução de 30”. Com isso, fortaleciam a necessidade de conclusão das obras para que se tornassem monumentos da Revolução. Os pedidos para a continuidade das obras estavam sempre nos jornais:

Com José Américo se verifica que a mentalidade dos nossos estadistas está modificando(...) O chefe do Governo provisório revela-se contente por saber que se vae gradativamente restabelecendo a normalidade da vida dessas populações laboriosas(...) Para garantia dessa normalidade prossiga o Governo Federal a construção do Porto de Fortaleza e dos açudes conjugados ao Sistema de Salvação do Nordeste. (*O Nordeste* 06/03/33)

O argumento que surge nos discursos para viabilizar a continuidade das obras é o elogio à administração “revolucionária” de José Américo de Almeida<sup>5</sup>, que não deixaria as obras em abandono, porque era diferente das arcaicas administrações anteriores:

Sob o aspecto do problema climático, muito lucrou o Nordeste brasileiro com a revolução outubrina (...) É que agora não se pensa em atender a calamidade no momento apenas em que ela surge, não se cogita unicamente do presente, mas do futuro. (*Gazeta de Notícias* 23/03/1933)

Com as primeiras chuvas, os discursos da burguesia de Fortaleza passam a fazer uma relação mais direta entre a continuidade das construções e os ideais do governo de Getúlio Vargas. Em nome da “Revolução de 30”, as classes dominantes procuravam garantir e legitimar o prosseguimento das obras, que aparecem, também, como amparo ao retirante. Por outro lado, o discurso das elites no interior do Estado



continuava a utilizar justificativas que não produziam mais grande efeito: a fome, a miséria, o sofrimento... O *Gazeta de Notícias*, por exemplo, publica, em abril de 1933, uma solicitação de Uruburetama: "Os serviços de terraplanagem da estrada foram suspensos. Milhares de pessoas estão na iminência de morrer de fome".

Com algumas chuvas, o fim da seca foi imediatamente decretado. Com isso, o envio de recursos para a assistência aos flagelados diminuiu consideravelmente. A partir de então, começaram a aparecer, nos jornais, discursos em defesa da distribuição de passagens para os retirantes "ociosos" nos locais de assistência. Desse modo, defendia-se o regresso do sertanejo para o Sertão ou para outros Estados. Por outro lado, insistiam na permanência dos que trabalhavam nas obras de melhoramento urbano em Fortaleza. Contudo, esse sistemático controle sobre o movimento migratório dos flagelados não se efetivou da forma como as elites desejavam. Alguns sertanejos retornaram ao Sertão e outros permaneceram na Capital sem obedecer à escala definida pelos poderes. O medo dessa permanência, em grandes dimensões, fazia com que alguns membros das elites urbanas fortalecessem, através dos jornais, a necessidade de planos de emigração para os retirantes. Pouco a pouco, o debate em torno da emigração foi assumindo um ritmo mais consensual entre as classes dominantes:

Com as chuvas a maior parte dos flagelados rumam ao habitat antigo, no interior do estado, a empregar novamente seu braço na labuta do plantio. Outra parte, relativamente numerosa, constituída de pessoas que poderão encontrar arrimo seguro fora do Ceará, destina-se a outros estados, como Pará e Maranhão (...) (*Gazeta de Notícias*, 04/03/33)

Tudo indica que essa *outra parte, relativamente numerosa*, permaneceria na Capital se não fosse encaminhada para outros Estados. Nessa perspectiva, as elites sugeriam que o melhor para o flagelado era tentar a vida no Pará ou no Maranhão.

Os discursos se (re)elaboram de acordo com a situação. Na seca de 1932, já é visível o amadurecimento das burguesias comercial e industrial no trato vantajoso com a seca e suas utilidades econômicas. Não obstante, há um cuidado em manter o discurso sempre coerente com o pretensível lugar de onde ele é emitido: a moderna, civilizada e humanitária cidade de Fortaleza.

## NOTAS

<sup>1</sup> Espaços para o confinamento de flagelados localizados em lugares estratégicos por todo o Estado do Ceará. De lá os retirantes não podiam sair e eram constantemente vigiados por guardas. Cf. RIOS, Kênia Sousa. Campos de Concentração no Ceará. 2ª edição. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

<sup>2</sup> Para alguns autores como é o caso de Thomaz Pompeu Sobrinho, as ferrovias não traziam benefícios ao Sertão, ao contrário, acabariam degenerando a pureza do sertanejo, considerado tantas vezes símbolo nacional. Nesse sentido, as ferrovias "integrariam os sertanejos na órbita da vida social e viciosa das cidades litorâneas". Cf. SOBRINHO, Thomaz Pompeu. História das Secas – século XX. Fortaleza: ed. Batista Fontenele, 1953.

<sup>3</sup> Teófilo, Rodolpho. *A Seca de 1877*. Edições UFC, 1980.

<sup>4</sup> Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Presidente do Estado Cel. Benjamim Liberatoro Barroso no dia 01 de julho de 1915.

<sup>5</sup> Ministro da Viação e Obras Públicas no período.